

Citicorp: lucro com os empréstimos ao Brasil.

John Alius, correspondente em Nova York.

O Citicorp de Nova York, que empresta mais dinheiro para fora dos Estados Unidos do que qualquer outro banco do país, teve lucros de 153 milhões de dólares devido aos empréstimos concedidos ao Brasil em 1982, segundo um relatório publicado aqui.

O lucro obtido no Brasil representou quase 20% dos lucros totais do Citicorp, que foram de 747 milhões de dólares no decorrer do ano passado, afirma o relatório, sendo que os demais 80% estão igualmente divididos entre outros países estrangeiros e emprestadores domésticos.

O relatório foi incluído numa análise da dívida do Terceiro Mundo e suas possíveis conseqüências, escrita por H. Erich Heinemann, da equipe do The New York Times, que acredita que, apesar dos lucros obtidos pelos bancos através dos seus empréstimos externos, "uma sombra escura pousou sobre o mundo excessivamente glamuroso da finança internacional".

As estatísticas mostram que os países em desenvolvimento na América Latina, na África e na Ásia, além de uma série de países comunistas, como a Polônia e a Iugoslávia, conseguiram juntar dívidas cujo total é atualmente de cerca de 700 bilhões de dólares e — como foi o caso com o Brasil no decorrer dos últimos meses — alguns destes empréstimos já não estão mais sendo pagos nos prazos combinados.

Perigo de uma solvência

"Em jogo, caso uma quantidade significativa destas dívidas for repudiada, estaria a solvência de alguns dos maiores bancos multinacionais do mundo, tanto nos Estados Unidos como em outros lugares", escreve Heinemann. "Caso os prejuízos ocasionados pelos empréstimos externos venham a deflagrar toda uma série de falências bancárias, a recuperação da mais longa recessão no período pós-Segunda Guerra estará em perigo no mundo inteiro, o mesmo acontecendo com o sistema financeiro internacional, que serve para canalizar as poupanças das economias industriais maduras para as que ainda estão apenas começando a emergir."

Quase metade dos 3,3 bilhões de dólares de lucros das dez maiores empresas bancárias dos Estados Unidos, no ano passado, originou-se de negócios internacionais, segundo William M. Weiant, do The First Boston Corporation, e apesar de nem tudo ter vindo de países "arriscados" em desenvolvimento, Heinemann concluiu que "empréstimos concedidos ao México, ao Brasil e à Argentina — muitos deles já vencidos — pelos nove maiores bancos norte-americanos, equivalem a 113% de seu total de participação dos acionistas".

"Caso estes empréstimos venham a ser repudiados, os grandes bancos se veriam todos em sérios problemas e, provavelmente, necessitariam de uma assistência governamental para poder manter suas portas abertas", na opinião de Heinemann.

Segundo os dados mais recentes, de acordo com a análise feita por ele, 34 países estão procurando conseguir uma reprogramação das dívidas — "e isto significa adiar os pagamentos". Deste total, segundo

Edward P. Neufeld, economista-chefe do The Royal Bank of Canada, "do ponto de vista dos riscos reais à estabilidade do sistema financeiro internacional, o problema está centralizado em, talvez, sete países — México, Brasil, Argentina, Venezuela, Chile, Iugoslávia e Polônia".

Caso muitos países em desenvolvimento repudiem suas dívidas de forma simultânea, essa situação poderia acabar em larga escala com o capital de muitos bancos multinacionais nos países industrializados, mas uma tal "possibilidade apocalíptica" não parece estar sendo prevista e mesmo caso ela ocorra, afirma Heinemann, "muitos analistas esperam que os governos ocidentais irão assumir os bancos afetados, ao invés de permitir que a crise financeira generalizada se espelhe cada vez mais".

"Ao mesmo tempo," diz ele, "um país que repudiasse as suas dívidas internacionais se veria excluído, não apenas do influxo de novos capitais, mas também do acesso ao sistema bancário mundial. Nestas circunstâncias, dizem os banqueiros, transações comerciais normais se tornariam muito difíceis de serem financiadas".

Quanto de atrasados?

Segundo Heinemann, ninguém sabe ao certo os números referentes ao crédito internacional atualmente em atraso.

"Não foram declaradas quaisquer incapacidades formais e legais de pagamentos contra um governo soberano", observa ele, "mas os banqueiros dizem que, para o futuro previsível, a maior parte dos 210 bilhões de dólares em créditos a longo prazo fornecidos aos clientes da América do Sul e Central terão de ser renegociados. A mesma situação também é válida, se bem que em relação a quantias inferiores aos países da África, da Ásia e da Europa Oriental".

Ele cita Wilfried Guth, presidente do Deutsche Bank, que teria afirmado que tantos países em desenvolvimento entram em problemas financeiros, todos ao mesmo tempo, por causa do "efeito acumulativo da recessão prolongada (provocada em larga escala pelos choques do petróleo que tiveram início em 1973), das taxas de juros extremamente elevadas e das crescentes tendências protecionistas do mundo industrializado."

A luta contra a inflação, escreve Heinemann, necessariamente incluiu uma acentuada queda nos preços de produtos básicos que, por sua vez, atingiu profundamente os lucros obtidos anteriormente pela exportação de tais produtos em muitos dos países em desenvolvimento.

Houve também um efeito de reação em cadeia, e ele cita um banqueiro que teria usado a recente experiência do Brasil como exemplo.

O Brasil, teria dito esse banqueiro, "é como um paciente que vai a um hospital para fazer um check-up e é contagiado pela pneumonia que atingiu o sujeito que está internado na cama ao lado. O país tem um produto nacional bruto de 300 bilhões de dólares, ou seja, está dentro dos 12 maiores do mundo. Eles têm um equilíbrio razoável entre dívidas a curto e a longo

prazo. Mas quando os argentinos e os mexicanos começaram a entrar em dificuldades durante o verão do ano passado, e os bancos começaram a restringir seus novos créditos, o Brasil foi severamente atingido por essas medidas também".

Quanto à questão de se saber se as enormes dívidas externas poderão ou não ser pagas algum dia, Heinemann responde:

"Num sentido, não; e noutro sentido, temos esperanças que sim. Os banqueiros dizem que não existem probabilidades de que a quantia total de crédito fornecidos aos países em desenvolvimento possa ser paga integralmente algum dia. Da mesma forma como não existem muitas chances de que o governo dos Estados Unidos possa, alguma vez, acabar com sua dívida de 1,2 trilhões de dólares. Na medida em que empréstimos antigos são saldados, novos são contraídos. O mesmo princípio também se aplica aos créditos internacionais. A questão não é se o Brasil, como país, será algum dia capaz de pagar os mais de 80 bilhões de dólares que está devendo aos seus credores internacionais. Provavelmente, isto jamais virá a acontecer. Em vez disso, a questão é saber se os brasileiros — e o mesmo raciocínio também é válido para outros países em desenvolvimento — terão rendimentos suficientes, a partir de suas exportações, para poderem resolver os empréstimos individuais na medida em que eles forem vencendo."

No que diz respeito ao setor privado, informa Heinemann, ano passado os bancos tiveram de extorcer centenas de milhões de dólares de "maus empréstimos".

Sem previsão

Segundo Heinemann, não existe qualquer maneira para se prever o resultado final da atual crise das dívidas — que, de qualquer forma, é considerada como sendo temporária por alguns especialistas norte-americanos, como por exemplo William S. Ogden, do Instituto de Finanças Internacionais —, mas várias conseqüências estão começando a se delinear.

"Em primeiro lugar, os banqueiros, castigados pela experiência adquirida no decorrer dos dois últimos anos, se tornaram bem menos audaciosos nos seus empréstimos internacionais. Alguns economistas estão-se preocupando com a possibilidade de uma cautela dos banqueiros poder causar uma desaceleração da recuperação nos países em desenvolvimento."

"Em segundo lugar, existe pressão para que os governos assumam uma maior parte dos empréstimos concedidos e, conseqüentemente, também uma maior parte do risco de crédito ao se fornecer apoio financeiro para o mundo em desenvolvimento."

"Finalmente, os supervisores dos bancos, tanto nos Estados Unidos como também em outros países, receberam uma educação liberal em questões relativas às operações bancárias internacionais no decorrer dos dois últimos anos, e eles não gostam de tudo o que aprenderam. Eles obviamente gostariam de tornar mais rígidos os seus próprios regulamentos, apesar de não terem muita certeza quanto à maneira como isto poderia ser feito."